

## SUMÁRIO

<b>Siglas e Abreviaturas .....</b>	<b>25</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>29</b>

### 1

<b>As garantias da Magistratura nas Constituições do Brasil .....</b>	<b>31</b>
1. A Constituição Imperial de 1824 e o Desembarque de Serinhaem.....	31
2. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 à luz dos postulados das Revoluções Francesa e Americana .....	36
3. A efêmera Constituição Federal de 1934 .....	36
4. A Constituição Federal de 1937 e o matiz autoritário.....	37
5. O fortalecimento do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1946 .....	38
6. A Constituição Federal de 1967 e a posterior suspensão das garantias .....	39
7. A dogmática da Constituição Federal de 1988 .....	40
7.1. Diferença deontológica entre garantias e prerrogativas da Magistratura .....	40
7.2. Vitaliciedade.....	48
7.3. Inamovibilidade e a remoção de juiz substituto.....	48
7.4. Irredutibilidade de subsídios .....	50

### 2

<b>Particularidades decorrentes do Regime Jurídico da Magistratura.....</b>	<b>53</b>
1. Independência funcional e o solipsismo.....	53
1.1. As balizas primárias.....	53
1.2. Vantagens, presentes, doações e prêmios.....	56
2. Reflexões filosóficas sobre a multiplicidade de atribuições e o misonismo .....	60
2.1. Funções inerentes e proatividade.....	60
2.2. Raízes mitológicas e literárias.....	69
3. MAGISTRATURA E MAGISTÉRIO .....	75
3.1. Compatibilidade de horários, cumulação e remuneração.....	75
3.2. Palestras e conferências.....	80
3.3. Coaching jurídico .....	82
3.4. Bancas de concursos e comissões de juristas .....	86
4. Exercício de atividade empresarial.....	87
5. Direito fundamental à liberdade de pensamento e manifestação de opinião .....	89
5.1. Opinião sobre processos pendentes ou juízo depreciativo sobre decisões.....	90
5.2. Utilização de redes sociais: sistema de prerrogativas e restrições .....	96
5.3. Atividade político-partidária: dedicação e manifestação.....	111
6. Autorização para residir fora da comarca .....	115
6.1. Hipóteses clássicas .....	115
6.2. Providências práticas .....	118
6.3. Revisitação do dever funcional.....	120
6.4. Magistrados com deficiência, necessidades especiais ou doenças graves.....	124
7. Afastamento para cursos de aperfeiçoamento profissional .....	130
8. Permuta de magistrados .....	138

## 3

<b>Principais deveres dos magistrados e suas implicações.....</b>	<b>139</b>
1. Imparcialidade .....	139
2. Prazos.....	144
3. Urbanidade.....	147
4. Atendimento .....	150
5. Assiduidade .....	154
6. Fiscalização.....	158
7. Integridade.....	158

## 4

<b>A responsabilidade dos magistrados pelos atos praticados.....</b>	<b>161</b>
1. A responsabilidade pessoal por atos jurisdicionais.....	161
2. A normatização da responsabilidade funcional dos magistrados .....	164
2.1. Principais fontes.....	164
2.2. É possível punir com base no Código de Ética da Magistratura?.....	165
2.3. Uniformização dos procedimentos disciplinares .....	168
3. Independência das instâncias penal, civil e administrativa.....	170
4. O abuso de autoridade e o Poder Judiciário.....	176
4.1. Considerações iniciais sobre o termo “abuso”.....	177
4.2. A Lei nº 4.898/1965 rotulada de autoritária .....	178
4.2.1. A desconstrução da interpretação heurística do histórico da lei....	178
4.2.2. Rememorando os principais aspectos práticos .....	182
4.3. A superveniência da Lei nº 13.869/2019.....	183
4.3.1. Motivos para análise da lei revogada .....	183
4.3.2. Passo a passo da tramitação.....	184
4.3.3. A proteção dos bens jurídicos tutelados na esfera internacional...	193
4.3.4. Sujeito ativo: magistrados.....	195
4.3.5. O elemento subjetivo especial do tipo: a pedra de toque .....	199
4.3.6. Rui Barbosa e o crime de hermenêutica .....	201
4.3.7. A ação penal .....	207
4.3.8. Os efeitos da sentença penal condenatória .....	212
4.4. Tipos penais destinados exclusivamente aos membros do Poder Judiciário ...	215
4.4.1. A divisão dos tipos penais conforme o sujeito ativo .....	215
4.4.2. Medidas de restrição de liberdade (art. 9º, parágrafo único) .....	219
4.4.3. Condução Coercitiva (art. 10) .....	222
4.4.4. Providências relativas à prisão (art. 19, parágrafo único).....	227
4.4.5. Decretação de indisponibilidade de ativos financeiros (art. 36) .....	230
4.4.6. Interceptação telefônica (art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.296/1996).....	232
4.5. Os reflexos da Lei de Abuso de Autoridade no PAD.....	234
4.5.1. Migração de instâncias jurídicas.....	234
4.5.2. Compilação dos principais reflexos .....	237
4.5.3. Como ficam os órgãos de fiscalização.....	238

## 5

<b>Conselho Nacional de Justiça .....</b>	<b>243</b>
1. A relevância do Conselho Nacional de Justiça .....	241
2. Competência.....	244
2.1. Supremo Tribunal Federal versus Justiça Federal .....	244

2.2.	Conselho Nacional de Justiça versus Corregedorias-Gerais .....	246
3.	Prazo para O CNJ rever processos DISCIPLINARES.....	248
3.1.	Revisão disciplinar de ofício .....	248
3.2.	Revisão disciplinar mediante provocação .....	251
4.	Comunicação entre o CNJ e os magistrados .....	253
5.	A autonomia administrativa dos TRIBUNAIS .....	254
6.	Tramitação eletrônica dos procedimentos das Corregedorias .....	258

## 6

**As Corregedorias-Gerais dos Tribunais de Justiça ..... 263**

1.	Evolução histórica no Brasil.....	263
2.	A Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal do Paraná.....	266
3.	Classificação dos atos dos Corregedores-Gerais.....	267
4.	dois corregedores.....	271

## 7

**Procedimentos das Corregedorias-Gerais ..... 277**

1.	Intróito.....	277
1.1.	Classificações .....	277
1.2.	Investigação preliminar .....	280
1.3.	Sigilo dos expedientes .....	281
2.	Pedido de Providências (PP).....	283
2.1.	Direito de petição .....	284
2.2.	Caráter residual.....	284
3.	Consultas.....	286
3.1.	Objeto.....	286
3.2.	Caráter normativo e enunciados.....	287
4.	Representação por excesso de prazo (REP).....	290
4.1.	Legitimidade e interesse .....	291
4.2.	Qualificação e identificação.....	293
4.3.	Denúncia anônima.....	294
4.4.	Solicitação e reiteração de informações aos magistrados .....	295
4.5.	Réplica.....	296
4.6.	Fundamentação .....	297
4.7.	Hipótese de arquivamento liminar da reclamação disciplinar.....	297
4.8.	Critérios para aferição da razoável duração do processo.....	299
4.9.	O arquivamento monocrático das representações e o tempo morto .....	306
4.10.	Obrigatoriedade da comunicação da decisão de arquivamento ao CNJ.....	310
4.11.	Superveniente normatização no Código de Processo Civil .....	311
4.12.	O tempo de tolerância .....	313
4.13.	Contagem do prazo: dias corridos .....	315
5.	Reclamação Disciplinar (RD).....	316
5.1.	Procedimento .....	316
5.2.	Solicitação de informações e réplica.....	317
5.3.	Emenda ao pedido inicial .....	317
5.4.	Reclamação contra matéria jurisdicional.....	318
5.5.	Ausência de indicativos de conduta irregular do magistrado .....	319
5.6.	Reiteração de reclamações disciplinares.....	319
5.7.	Embargos de declaração das decisões de arquivamento .....	320
5.8.	Recursos contra a decisão monocrática de arquivamento .....	322
5.9.	O abuso do direito de reclamar.....	324

6.	Sindicância.....	324
6.1.	Prescindibilidade do procedimento.....	325
6.2.	Defesa.....	326
7.	Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	327
7.1.	Breves apontamentos sobre a Resolução nº 135/2011 e a superveniência do julgamento da ADI nº 4638/DF em 2023.....	327
7.2.	Princípios.....	331
7.2.1.	Presunção de inocência.....	331
7.2.2.	Contraditório.....	332
7.2.3.	Ampla defesa.....	333
7.2.4.	Devido processo legal.....	334
7.2.5.	Retroatividade da norma mais benéfica.....	336
7.2.6.	Dignidade da pessoa humana.....	337
7.2.7.	Proporcionalidade.....	338
7.2.8.	Publicidade.....	339
7.3.	Defesa prévia.....	340
7.4.	Contagem dos prazos processuais.....	342
7.5.	Quórum para instauração.....	343
7.6.	Hipóteses de afastamento cautelar e provisório de magistrado à luz do julgamento da ADI nº 4638/DF em 2023.....	344
7.6.1.	Instauração do Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	344
7.6.2.	Investigação criminal ou processo penal.....	351
7.6.3.	Ação Civil Pública.....	353
7.7.	Manifestação do Ministério Público.....	354
7.8.	Relatoria.....	354
7.9.	Fase de citação e defesa.....	354
7.10.	Nomeação de advogado dativo.....	355
7.11.	Requisitos da portaria do processo administrativo.....	356
7.12.	Fase de instrução probatória.....	356
7.12.1.	Quebra do sigilo bancário, telefônico, fiscal e a paradigmática ADI nº 4709.....	359
7.12.2.	Suspensão do perfil das Redes Sociais.....	362
7.12.3.	Prova emprestada.....	366
7.12.4.	Prova documental.....	367
7.12.5.	Prova testemunhal.....	368
7.12.6.	Prova pericial.....	369
7.12.7.	Interrogatório.....	370
7.12.8.	Confissão.....	371
7.13.	Sessão de julgamento.....	372
7.13.1.	Intimações.....	372
7.13.2.	Composição do quórum e afastamentos.....	372
7.13.3.	Dispersão de votos.....	373
7.13.4.	Prorrogação do processo.....	376
7.14.	Aposentadoria voluntária superveniente.....	376

## 8

<b>Penalidades aplicáveis aos magistrados no âmbito administrativo.....</b>	<b>379</b>
1. Advertência.....	380
2. Censura.....	381
3. Remoção compulsória.....	382
4. Disponibilidade.....	386
5. Aposentadoria compulsória punitiva.....	389
6. Demissão.....	392
7. Anotação e exclusão no assentamento funcional.....	393
8. Controle do processo administrativo disciplinar pelo Poder Judiciário.....	395

9.	TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) .....	396
9.1.	Mecanismos consensuais de resolução de conflitos .....	397
9.2.	A conciliação disciplinar é utilizada em outros países? .....	401
9.3.	A superveniência do Provimento nº 162/2024 do Conselho Nacional de Justiça.....	404
10.	Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação .....	410
10.1.	Infração disciplinar de natureza grave.....	410
10.2.	Alteração no Código de Ética da Magistratura Nacional.....	412

## 9

<b>Prescrição .....</b>	<b>413</b>
1. Aspectos gerais da prescrição .....	413
2. Prazo prescricional no Processo Administrativo Disciplinar contra magistrados .....	414
3. Necessidade ou não do processo criminal para aplicação dos prazos penais .....	415
4. Considerações sobre o termo inicial da prescrição.....	417
5. Prescrição intercorrente da pretensão disciplinar.....	418
6. Imprescritibilidade.....	418

## 10

<b>O gabinete dos Corregedores-Gerais .....</b>	<b>421</b>
1. Plano de Gestão Administrativa e Judiciária.....	421
2. Inventário e acompanhamento dos processos .....	421
3. Comunicação de reuniões.....	422
4. Plantão das Corregedorias-Gerais.....	422
5. Qualificação interna.....	423
6. Divisão interna das atribuições .....	423
7. Juízes convocados pelas Corregedorias-Gerais .....	425

## 11

<b>Função Fiscalizatória das Corregedorias-Gerais .....</b>	<b>429</b>
1. Considerações Iniciais.....	429
2. Modalidades .....	431
2.1. Correição ordinária .....	431
2.2. Correição extraordinária .....	431
2.3. Autoinspeção ordinária anual das unidades judiciárias .....	431
2.4. Inspeção do Conselho Nacional de Justiça nos Tribunais à luz do Provimento nº 156/2023.....	433
2.5. Correição presencial e virtual.....	438
3. Calendário de Correição.....	440
4. Pré-Correição.....	442
5. A atualização e a padronização das Correições.....	444
6. A informatização das Correições .....	444
7. Atas Correccionais.....	445
7.1. Aspectos gerais de avaliação.....	446
7.2. Aspectos específicos da avaliação.....	447
8. Relatório Reservado (RR).....	449
8.1. Aspectos quantitativos e qualitativos .....	449
8.2. Objeto principal da avaliação.....	452
8.3. Itens sopesados nas correições .....	453
8.4. Seleção dos processos avaliados.....	455

8.5.	Mesa do Corregedor e mesa do magistrado.....	457
8.6.	Elogio na ficha funcional.....	458
8.7.	Entrega pessoal dos relatórios reservados pelo Corregedor-Geral.....	458
8.8.	Número anual de unidades judiciárias submetidas a correição.....	459
8.9.	Interpretação do conceito de unidade judiciária.....	461
8.10.	Correição dos juízes vitaliciandos.....	462
8.11.	Critério para designação dos magistrados submetidos a correição.....	463
8.12.	Correição dos juízes substitutos em segundo grau.....	463
8.13.	Afastamento do magistrado da jurisdição durante a correição.....	465
8.14.	Quantidade de unidades judiciárias.....	466
8.15.	Periodicidade das correições.....	466
8.16.	Correição devolutiva.....	467
8.17.	Prazo para entrega das atas e do relatório reservado.....	467
9.	Pós-Correição.....	468
9.1.	Responsabilidade pelo cumprimento da ata correcional.....	469
9.2.	Publicidade das atas.....	469
10.	Delegação de atos.....	470
11.	Limites da atividade correcional.....	472
11.1.	Infração disciplinar versus entendimento jurídico.....	472
11.2.	Sistema de consequências.....	473

## 12

<b>Função Formadora.....</b>	<b>475</b>	
1.	Vitaliciamento.....	475
2.	O juiz formador.....	481
3.	Atribuições.....	482
4.	Inovações no Sistema Informatizado do Vitaliciamento.....	487
5.	Assunção tardia e lista de antiguidade.....	489

## 13

<b>Função Orientativa e de apoio.....</b>	<b>491</b>	
1.	Capacitação jurídico-administrativa.....	491
2.	Compilação de jurisprudência do Tribunal Estadual.....	495
3.	Publicações.....	495
4.	Boletim Informativo Mensal e Relatório Trimestral e Anual.....	495
5.	Orientação nos perfis de demandas e ações repetitivas ou predatórias.....	496
6.	Força-tarefa e mutirões.....	498

## 14

<b>Unificação e aprimoramento do sistema correcional.....</b>	<b>503</b>	
1.	Colégio Permanente De Corregedores-Gerais dos Tribunais do Brasil (CCOGE).....	503
1.1.	Principais Objetivos.....	503
1.2.	Deveres das Corregedorias-Gerais.....	505
1.3.	Cartas dos encontros do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais (ENCOGE).....	506
2.	Fórum Nacional das Corregedorias.....	532
2.1.	Principais objetivos.....	532
2.2.	Fóruns Nacionais das Corregedorias (FONACOR).....	532
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>539</b>	